



1ª quinzena de janeiro de 2002

Jornal da Adufrgs

nº 94

Fruto de exaustivas negociações entre grevistas e governo federal, foi finalmente sancionada pelo presidente da República, dia 9, a lei 10.405. A sanção aconteceu mais de um mês depois de firmado o acordo e a um dia de expirar o prazo legal – 10 de janeiro de 2002.

Página 3

FSM 2002

O mundo se reúne para debater a paz

A paz será um tema central no Fórum Social Mundial 2002. Mas a paz real, a paz qualificada. Por isso uma série de conferências e oficinas estarão tratando de diversos temas e suas relações com a construção de um mundo sem guerras, nem fome, nem desigualdade...

Páginas 6 e 7



Novo passo na construção de um mundo melhor

Estamos às vésperas do II Fórum Social Mundial, evento que pretende reunir representações de todo o planeta para discutir a construção de um mundo melhor, em que problemas que são fruto do neoliberalismo não deverão mais existir. Serão muitas as discussões, mesas e seminários onde circularão idéias e propostas de construção deste novo mundo. Mas este fórum também terá uma sombra a rondá-lo: a violência que tomou conta do mundo após a derrubada das torres gêmeas nos Estados Unidos.

A reação norte-americana ao atentado demonstra que o país está longe em termos de racionalidade nas relações internacionais. É claro que não existe justificativa para a ação dos fundamentalistas. Mas os Estados Unidos não são apenas os mocinhos nesta história.

Resta ao Fórum começar a discutir como resolver futuros conflitos que possam surgir, principalmente porque a ação dos fundamentalistas está longe de terminar e "os irmãos do norte" se mostram cada vez mais agressivos. Nestas ações, que agora se desdobram até as Filipinas e países

do norte asiático, sobrará para aqueles que estão longe das cavernas do Afeganistão.

Além deste conflito outros que estão acontecendo pelo mundo também farão parte dos debates, demonstrando que está na hora de começarmos a tentar resolver nossos conflitos de forma diferente. Quem sabe sentando ao redor de uma mesa para discutir as diferenças e construir uma saída pacífica para este momento?

A construção deste instrumento passa também pela discussão de um projeto de universidade para este milênio que se inicia, projeto que deve dar conta da procura cada vez maior. No entanto, esta nova universidade não pode perder as suas características de ser pública, gratuita e de ter uma profunda identidade com a sociedade em que está inserida. Nestas perspectivas, a pesquisa e a extensão devem estar articuladas com o ensino para poder servir ao País e principalmente qualificá-lo na inserção ao mundo globalizado.

Resta a todos a esperança de que neste fórum sejam discutidas as idéias e implantadas para assegurar um outro mundo melhor.

Francisca Braga

Porto Verão Alegre

O Porto Verão Alegre de 2002 iniciou dia 4 de janeiro. São 57 espetáculos que ficam em cartaz até o dia 24 de fevereiro. Estarão sendo ocupados praticamente todos os espaços teatrais da cidade. A previsão é de que, ao final das nove semanas, o público pagante seja superior a 50 mil. Estarão envolvidos, diretamente, mais de 500 trabalhadores em artes cênicas e mais 300 pessoas indiretamente. Um grande atrativo do evento é o preço que ele oferece. Os ingressos para os espetáculos estarão custando de 5 a 10 reais e serão vendidos nos Shoppings Moinhos, Praia de Belas, em toda a rede de Shoppings Bourbon, na Livraria Bamboletras do Centro Comercial Nova Olaria, no DC Navegantes e na Lancheria do Parque.

Festivais de Cinema

O Festival de Cinema de Berlim, um dos três principais da Europa – atrás de Cannes e ao lado do de Veneza –, estará acontecendo entre 6 e 17 de fevereiro, e apresentará mais de 400 filmes, com destaque para os franceses e alemães. Eles incluem "Laissez Passer", de Bertrand Tavernier, que conta a história de um grupo de alemães que produziu filmes na França durante a ocupação nazista de Paris.

Sundance

A 21ª edição do Sundance, festival de cinema independente dos Estados Unidos, foi aberta dia 10 de janeiro com a pré-estreia mundial de The Laramie Project, baseado na história de Matthew Shepard, homossexual assassinado no Estado americano de Wyoming em outubro de 1998. O festival, que é visto como um trampolim para a carreira de novos cineastas do mundo inteiro, exibe nessa edição dois participantes brasileiros, um deles é Beto Brant, com o filme O Invader. A função, que conta com 113 longas e 60 curtas, termina dia 20 de janeiro.

Roupa Suja

Reportagens publicadas pelos jornais Folha de São Paulo e Estadão, em outubro, noticiavam uma bate boca durante encontro internacional de TV no Rio, entre Bóris Casoy e Amaury Soares diretor de jornalismo da Globo SP. Soares afirmou que a "Globo é a única TV que sobrevive apenas de intervalos comerciais." Casoy respondeu que a Record "vive também de anunciantes, tem lá suas ligações com a Igreja Universal, do mesmo jeito que a Globo tem com bancos e fundações". Agora, o Ministério Público Federal e a Corregedoria Geral da União instauraram procedimentos investigatórios para apurar as relações da TV Globo "com bancos e fundações" e da Record com a Igreja Universal do Reino de

Deus, ambas inconstitucionais. Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo, e o bispo Honorilton Gonçalves, presidente da Record, serão intimados a apresentar documentos na investigação preliminar do Ministério Público Federal.

Solidão

Solidão é uma vila a 412 quilômetros de Recife, mais para os lados da Paraíba cujo único acesso é uma estrada de terra batida. A arrecadação da prefeitura não passa de R\$ 500,00 mensais, fruto do escasso movimento no comércio local, que ainda é baseado em trocas. É nessa vila que, desde o dia 19 de dezembro, existe um novo terminal da Caixa Econômica Federal conectado a satélite por uma antena parabólica. A novidade permitirá aos 1.200 moradores da área urbana do lugar todas as transações bancárias: sacar aposentadorias, benefícios do Bolsa-Escola, PIS, auxílios do ministério da Saúde e rendimentos de programas sociais do governo, além de pagamentos de contas de luz e água. Para realizar essas transações o morador de Solidão tinha de viajar até alguma cidade vizinha. O banqueiro de Solidão será Ridaildo Barros de Oliveira, 26 anos, dono da pequena panificadora Dois Irmãos, que produz uma fornada diária de 600 pãezinhos. Em cada transação eletrônica realizada em seu balcão poderá colocar R\$ 0,20 em caixa. É bem mais do que lhe deixa de lucro uma dúzia de pãezinhos.

Roseana

Bispos do Igreja Católica do Maranhão elaboram documento alertando o eleitorado para propagandas enganosas e para políticos personalistas, destacando os baixos índices sociais do estado. Pedem também ajuda para a criação de comitês anticorrupção eleitoral e ressaltam a necessidade da alternância no poder. O nome de Roseana Sarney não chega a ser citado, mas o presidente estadual da CNBB, Dom Affonso Felippe Gregory, diz que "é evidente a omissão do governo dela na resolução dos graves problemas do estado."

Maranhão

Apesar de oferecer paisagens belíssimas, o Maranhão, segundo levantamento do IBGE, lidera a maioria dos índices de pobreza e de diferenças sociais do Brasil. Cerca de 62% da população vive abaixo da linha de miséria, com renda mensal para cada pessoa inferior a R\$ 80,00. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, o Estado apresenta a pior situação do País.

FEDERAIS

Presidente sanciona lei que garante reajuste aos professores

Índices variam de 12% a 33%, o que vai contra a meta de aumento "quase" linear

Está garantido o reajuste para os professores federais. A lei 10.405, fruto de exaustivas negociações entre grevistas e governo federal, foi finalmente sancionada no dia 9 passado pelo presidente da República. A sanção aconteceu mais de um mês depois de firmado o acordo e a um dia de expirar o prazo legal – 10 de janeiro de 2002 – o que mostra a mesma lerdão em resolver os problemas dos docentes demonstrado ao longo da greve de 108 dias.

É importante esclarecer que os valo-

res dos vencimentos básicos da tabela abaixo foram calculados com base nos índices de reajuste do projeto de lei, que serão aplicados a partir de fevereiro, que será acrescido do reajuste dos funcionários públicos federais. Sobre o salário-base de janeiro incidirá os 3,5% referentes ao aumento dado a todo o funcionalismo público federal, que deve ser aplicado aos valores da tabela. O percentual de 3,5% incidirá também sobre a GED e GID.

Na verdade, os índices pre-

vistos na Lei 10.405 estão bem longe de serem quase lineares, como propôs o Comando Nacional de Greve (CNG/Andes) nas negociações. Segundo análise das tabelas os percentuais de reajuste previstos na lei variam de 12% a 33%.

Professor do Ensino de 3º grau

Classe	Nível	20 Horas	40 Horas
Titular	U	272,63	545,26
E	4	230,79	461,58
E	3	221,03	442,07
E	2	211,71	423,41
E	1	202,59	405,18
D	4	187,73	375,46
D	3	181,18	362,36
D	2	177,54	355,07
D	1	174,27	348,54
C	4	171,94	343,89
C	3	168,85	337,70
C	2	165,84	331,69
C	1	163,48	326,95
B	4	133,62	267,25
B	3	127,76	255,52
B	2	122,22	244,44
B	1	116,81	233,61
A	4	110,79	221,58
A	3	106,01	212,03
A	2	101,49	202,97
A	1	97,67	195,34

Professor de 1º e 2º graus

Classe	Nível	20 Horas	40 Horas
Titular	U	272,63	545,26
E	4	230,79	461,58
E	3	221,03	442,07
E	2	211,71	423,41
E	1	202,59	405,18
D	4	187,73	375,46
D	3	181,18	362,36
D	2	177,54	355,07
D	1	174,27	348,54
C	4	171,94	343,89
C	3	168,85	337,70
C	2	165,84	331,69
C	1	163,48	326,95
B	4	133,62	267,25
B	3	127,76	255,52
B	2	122,22	244,44
B	1	116,81	233,61
A	4	110,79	221,58
A	3	106,01	212,03
A	2	101,49	202,97
A	1	97,67	195,34

Valor dos pontos para cálculo da GID

Escolaridade	20 horas	40 Horas	Dedicação exclusiva
Graduação	1,61	3,22	4,92
Aperfeiçoamento	1,61	3,22	4,92
Especialização	1,61	3,22	4,92
Mestrado	3,12	7,80	11,38
Doutorado	4,55	11,38	17,88

IMPOSTO DE RENDA

Compensação sai do bolso do consumidor

Quem ganha até R\$ 1.058 está isento do imposto de renda, de acordo com a Medida Provisória 22, editada pelo governo federal no dia 7 de janeiro. O projeto de lei que tratava do ajuste nas alíquotas, aprovado pelo Congresso Nacional no final do ano passado, foi vetado pelo presidente, que simultaneamente lançou a MP, corrigindo a tabela do IR em 17,5%. Agora, os contribuintes com rendimento mensal entre R\$ 1.058,01 e R\$ 2.115,00 terão alíquota de 15% e os que estão acima de R\$ 2.115,00, terão descontados 27,5%.

O governo justifica o veto alegando que o projeto do Legislativo continha irregularidades no texto, que poderiam gerar problemas futuros. Um deles seria a falta de alternativas para compensar a queda da arrecadação. O deputado federal Wálter Pinheiro (PT/BA), em entrevista à Agência Informes, disse que a compensação vai sair do bolso do consumidor, já que a MP prevê aumento da Contribuição Social sobre os Lucros (CSSL), o que irá onerar o setor de produção que por sua vez repassará a diferença para o preço final do produto.

De acordo com o parlamentar, não haveria perda de arrecadação porque "o governo, ganhou, e muito, ao longo desses quatro anos pois, afinal, a tabela teve uma diferença de 35%, e não apenas 17,5% que foi o percentual resultante de acordo no Congresso". Como exemplo de aumento, Pinheiro citou R\$ 2 bilhões arrecadados pela Receita Federal entre janeiro e setembro do ano passado. Segundo ele, esse dinheiro veio do aumento de contribuição de seis milhões de trabalhadores que mu-

daram de faixa de alíquota por força de reajuste salarial. "O governo perdeu a votação no Congresso e aplicou um golpe, retirando dos contribuintes o direito de utilizar a nova tabela na restituição e ainda aumentou sua arrecadação ao elevar em 200% a CSSL", conclui.

Imposto sobre fortunas

Para o professor de Economia Política da Ufrgs, Carlos Schmidt, o governo teria pelo menos duas outras alternativas de repor a perda de arrecadação. Uma delas seria regulamentar o chamado Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto na Constituição Federal. "Quando senador, Fernando Henrique encaminhou ao Congresso um projeto de lei justamente para regulamentação desse imposto. E como presidente não se empenhou pela aprovação", lembra. Um outro caminho seria criar um imposto adicional sobre os lucros bancários. Segundo Schmidt, no primeiro semestre de 2001, os bancos registraram um aumento de rentabilidade monumental – cerca de 20%. "Ao governo não interessa buscar alternativas como essas, porque estaria mexendo no bolso da elite, com quem está comprometido", observa o economista.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, alegou que o texto original do PL previa apenas a correção da tabela, mas não deixava claro que isso deveria refletir em benefício para os contribuintes. Wálter Pinheiro rebate o argumento do governo e garante que o projeto aprovado deixa claro que tanto a retenção na fonte, quanto a restituição deveriam usar a tabela com a correção de 17,5%

já neste ano. O governo anunciou que irá enviar ao Congresso uma medida provisória estabelecendo que a nova tabela para a restituição só terá validade em 2003.

PT quer explicações

Wálter Pinheiro encaminhou, no último dia 15, à Secretaria Geral da Mesa do Congresso dois requerimentos de convocação para que os ministros Malan e Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão expliquem, em audiência pública, a medida provisória e o veto a alguns dispositivos do PL. Segundo matéria publicada no jornal Gazeta Mercantil, Pinheiro considera os atos do Executivo medidas de afronta ao Congresso. "Não podemos deixar que o recesso esfrie a discussão", afirma o deputado. Sobre a questão da alíquota do Imposto de Renda, o deputado entende que a MP é omissa quanto à redução de 27,5% para 25% a partir de janeiro de 2003. Segundo ele, a medida provisória revogou implicitamente esta redução.

EUA

Professores que criticam Bush são incluídos em lista negra

Pelo menos cem professores universitários norte-americanos estão sendo acusados de "impatrióticos" por suas posições críticas em relação ao governo Bush. Grupos conservadores, liderados por Lynne Cheney, mulher do vice-presidente norte-americano, Dick Cheney, criaram uma "lista negra" com o nome dos professores. Eles são acusados de "impatrióticos" e de "desrespeitarem a dor de uma nação ferida na alma pelo terrorismo". Lynne, fundadora e presidente do Conselho Americano das Escolas e dos Graduados (ACTA, sigla em inglês), acusa as universidades do país de serem o único setor da sociedade a mostrar divisão em torno do amplo apoio popular das ações contra o terrorismo, que incluem restrições às liberdades civis em nome da segurança. Como nos tempos do macartismo nos anos 50, a ordem é calar todas as vozes dissidentes. "Raramente, professores universitários, quando falam sobre terrorismo, discutem as diferenças entre o bem e o diabo ou elogiam as virtudes e a liberdade civil do Ocidente", filosofou a vice-primeira-dama numa entrevista de televisão. A vice-primeira-dama já comprou briga com artistas e intelectuais de esquerda quando presidiu a Fundação Nacional para a Humanidade (uma entidade que financia projetos culturais), entre 1986 e 1993. Durante sua administração, Lynne criou dificuldades para liberar recursos aos que criticavam os governos de Ronald Reagan e George Bush.

A entidade presidida por Lynne Cheney não revelou os nomes dos professores que considera "traidores da pátria". Mas, num documento de quase 40 páginas lançado recentemente e intitulado "Como nossas universidades são defeituosas e o que pode ser feito sobre isso", a ACTA deixa claro alguns dos centros de ensino que abrigam seus desafetos: a Universidade da Cidade de Nova York (Cuny), o Massachusetts Institute of Technology (MIT), a Escola de Medicina da Universidade Brown, a Universidade do Novo México, a Universidade da Carolina do Norte, a Universidade do Texas e a Universidade do Havaí. Todas essas universidades são consideradas como "antros de comunistas e traidores da pátria". O lingüista Noam Chomsky, que fará a conferência de abertura do Fórum Social Mundial, lidera a lista dos "inimigos da pátria".

O crescimento do macartismo dentro das universidades norte-americanas começa a despertar reações. Em entrevista ao jornal "Correio Brasiliense", o historiador Jordan Young, da Universidade Pace, disse que "por mais traumáticos que tenham sido os atentados terroristas contra os EUA, não podemos permitir que a livre expressão das universidades seja cerceada". Pace foi a universidade mais diretamente envolvida com a tragédia de 11 de setembro. Tinha escritórios no World Trade Center e dez de seus funcionários morreram no atentado. "Isso, no entanto, não valida nenhum ato de censura às nossas posições, crítica ou não, sobre o governo dos EUA", protestou Young. "Todas as vezes que achamos importante nos manifestarmos em relação ao governo, vamos fazê-lo sem medo de termos nossos nomes incluídos em uma lista



negra", garantiu o historiador.

O documento da entidade traz frases pinçadas de discursos que os professores das referidas universidades teriam feito em sala de aula. Os acadêmicos criticam a política externa do EUA e alertam que o melhor caminho para a guerra contra o terrorismo é o país se olhar no espelho. Um professor da Universidade do Havaí levantou a seguinte questão: "Por que se deve dar suporte aos Estados Unidos, cujas mãos estão ensopadas de sangue?". É esse tipo de crítica que desperta a ira dos conservadores. Eles decidiram criar um fundo para difundir "a moral e os costumes norte-americanos" entre os estudantes, o Fundo de Defesa da Civilização.

O "Correio Brasiliense" ouviu três professores sobre o tema: Jordan Young, da Universidade Pace; Tony Spanakos, professor de Ciências Políticas do Manhattanville College e da Universidade de Princeton; e Peter Kingstone, cientista político da Universidade de Connecticut. Eles confirmaram que as vozes conserva-

doras já se fazem mais presentes nas escolas do país. "O que eu posso dizer é que recebemos orientação para evitarmos conflitos, mas continuo fazendo com que meus alunos – de 18 a 24 anos – expressem suas opiniões sobre o governo e as sustentem com argumentos claros e consistentes", afirmou Spanakos. Kingstone, por sua vez, disse que a maior preocupação dos dirigentes da Universidade de Connecticut é mostrar que a guerra abraçada pelos EUA é justa e que ela não é contra um país ou uma religião, mas contra uma ameaça ao mundo, o terrorismo. Essa mesma linha está sendo seguida pela Universidade Pace, sempre com o cuidado de preservar os alunos muçulmanos.

O movimento organizado pelos grupos conservadores dos Estados Unidos contra os professores universitários fez sua primeira vítima na semana que antecedeu o Natal, segundo apurou o Correio Brasiliense. A diretoria da Universidade do Estado da Califórnia, com sede em Sacramento, decidiu organizar uma festa de despedida do ano de 2001 com uma série de palestras sobre a atual conjuntura norte-americana. A presidente do jornal "The Sacramento Bee", Janis Besler Heaphy, subiu ao palco e iniciou um discurso crítico contra a administração de George W. Bush. O silêncio na platéia – eram mais de 10 mil formandos e convidados – começou a ficar incômodo. Até que surgiram as primeiras vaias, quando Janis cobrou uma posição mais firme da sociedade diante das novas leis de segurança nacional, que deram poderes ao governo para prender estrangeiros no país sem nenhuma acusação formal e sem lhes dar o direito de contactar a família ou um advogado.

À medida em que as críticas de Janis ao governo Bush foram crescendo, a multidão começou a se rebelar, a vaiar cada vez mais alto e a abafar a voz da palestrante. Os mais exaltados ameaçaram subir no palco. Janis só não apanhou porque os amigos professores a tiraram do local.

A volta do macartismo

Nos anos 50, foi instalada nos Estados Unidos a Comissão de Atividades Anti-Americanas, com o objetivo de identificar os intelectuais e políticos que supostamente estariam ao lado do comunismo. Aqueles que fosse considerados como inimigos dos interesses nacionais perdiam seus empregos, eram execrados publicamente e até presos. O fenômeno não é exatamente uma novidade na sociedade norte-americana. Em 1938, a atriz Shirley Temple foi acusada pela Câmara dos Deputados de ser agente do comunismo. Um pequeno detalhe: ela tinha, então, dez anos de idade. A paranóia chegou ao auge com o senador republicano Joseph McCarthy, criador da Comissão de Atividades Anti-Americanas. Charles Chaplin, Orson Welles e Bertolt Brecht foram alguns dos nomes acusados pela Comissão. Atores foram denunciados pelo então presidente do Sindicato de Atores de Hollywood, Ronald Reagan. Perderam seus empregos e ficaram anos no ostracismo. Com a subida de Bush ao poder, os velhos tempos estão de volta.

PARAMOS POR QUÊ?

Comunidade discute defesa da Universidade Pública

Professores, funcionários, alunos e direção da Ufrgs se reuniram no dia 10 de janeiro pela primeira vez, depois da greve de 108 dias, para discutir os motivos da paralisação e seus desdobramentos. A urgência em se iniciar uma discussão aprofundada sobre o projeto de universidade pública no Brasil foi colocada pelos palestrantes como prioridade pós-greve. O encontro serviu para organizar os próximos passos da luta em defesa da universidade pública e gratuita, bandeira levantada pela comunidade universitária.

O presidente da Adufrgs, Rubens Weyne, lembrou que a proliferação das universidades privadas se deu a partir da década de 70, quando o Ensino Superior se popularizou. Segundo ele, as universidades públicas já não atendiam a demanda e o governo, ao invés de expandir o setor, preferiu investir nas instituições particulares, através da isenção de impostos e financiamento estudantil. "Dentro dessa nova lógica, os alunos viraram clientes", observou Weyne.

Para Bernadete Menezes, representante da Assufrgs, a redução do percentual de alunos na Universidade Pública de 70% para 30% nos últimos 30 anos revela claramente a intenção do governo brasileiro de entregar o Ensino Superior à iniciativa privada. E esse



Cristina Lima

Discussão: reunião de professores avaliou a paralisação

mesmo governo não esconde sua meta de acabar com a pesquisa no País, quando diz que o Brasil não precisa produzir tecnologia porque pode comprá-la.

Representantes dos estudantes também estiveram presentes no Salão de Atos II da reitoria, onde aconteceu o ato chamado "Paramos Por quê?". Líderes estudantis admitiram que falta um maior engajamento dos estudantes universitários atualmente, mas lembraram que, em nível nacional, o movimento ajudou a pressionar o governo para que abrisse as negociações com os grevistas.

Para a reitora da Ufrgs, Wrana Panizzi, as greves trazem à tona os problemas das universidades públicas, que nos últimos 10 anos vêm sendo sucateadas, à medida em que o governo reduz as verbas de investimento. Mais uma vez a reitora lembrou que a última greve poderia ter sido evitada se o governo tivesse atendido ao apelo dos dirigentes universitários para que abrisse negociação com os servidores e docentes, há sete anos sem reajuste salarial. Wrana alertou para a necessidade de manter a vigilância sobre o projeto de emprego público, retirado pelo governo durante a greve, por temer que este seja rerepresentado a qualquer momento. A reconhecida qualidade de ensino da Ufrgs, apesar da escassez de recursos, foi mais uma vez lembrada pela reitora.

Prof. Dr. Éda Heloisa Pilla - Professora de Inglês e Tradução do Instituto de Letras / Ufrgs

Por que só inglês no vestibular?

Desde o início dos anos 90, as mudanças econômicas, políticas e tecnológicas têm colocado a necessidade de aprofundarmos a análise de certos temas até agora negligenciados ou tratados de forma superficial. Um deles é o quanto as tecnologias e o processo de globalização podem afetar as línguas nacionais não obstante sua representatividade demográfica ou status oficial. Esses processos trazem em seu bojo uma ameaça à diversidade lingüística como parte fundamental do patrimônio cultural da humanidade bem como abrem caminho para a hierarquização das línguas e o monolingüismo hegemônico. Nesse contexto, outras tendências, bem como fatores e necessidades extralingüísticas, têm impacto direto sobre as chamadas línguas minoritárias (entre elas o português), causando-lhes grande empobrecimento.

Um olhar sobre o passado comprova que, historicamente, as línguas cresceram, se fixaram, foram subjugadas ou extintas por relações de poder. Basta constatar o destino das línguas indígenas do Brasil. Das prováveis 170 que existiram na época do descobrimento, hoje restariam três ou quatro.

Num exercício de clarividência, alguns lingüistas (Nida, Sapir, Whorf) e etnólogos (von Humboldt) dedicaram-se à análise das línguas dos índios da

América do Norte, extraindo daí conclusões tão ricas quanto esclarecedoras a respeito da sintaxe, léxico e semântica das línguas modernas. Outros chegam a ponto de conservar em "redoma de vidro", muitas vezes às suas expensas, os poucos descendentes de culturas em extinção, com o único intuito de que suas línguas não se percam.

Hoje, a elite intelectual da Índia (Niranjan, Dasgupta) se debruça sobre seus alfarrábios para refazer traduções eivadas de interpretações mal-intencionadas, no intento de resgatar a pureza do estado pré-colonial e descolonizado, bem como das várias línguas devastadas ou quase aniquiladas por anos de dominação inglesa. O esforço agora despendido em busca da identidade perdida e da integridade cultural harmônica, quase completamente destruídas pelos maus colonizadores, poderia ter sido poupadose as línguas tivessem sido preservadas.

O monolingüismo e a homogeneização cultural estão, certamente, na contramão da história, visto que contrariam a própria natureza. Promover ou permitir o fim da diversidade lingüística (e seu corolário, a diversidade cultural) é tão devastador para o patrimônio cultural do mundo quanto o fim da biodiversidade para o meio ambiente. Não é por outra razão que já se forjou a

expressão "ecologia das línguas".

A experiência tem nos mostrado, entretanto, que esforços da sociedade civil organizada, bem como de instituições culturais de vanguarda, podem influenciar as autoridades levando-as a tomar atitudes mais positivas em defesa das línguas minoritárias. Um exemplo disso é a criação do Instituto Linguapax pela Unesco, cujo objetivo é promover a paz e harmonia mundiais com base na preservação e respeito às diversidades lingüísticas e culturais. A intenção do Instituto não é outra senão o "tombamento" de instituições culturais ameaçadas. Para que isso aconteça, várias medidas podem ser tomadas, entre elas aquelas referendadas pela própria Unesco como a instituição de instrumentos legais para a manutenção, promoção e implementação das línguas.

No contexto atual, qualquer atitude imediatista contrária àquela intenção pode constituir mais um golpe mortal contra a preservação de algumas línguas em detrimento de outras. O fato de se exigir somente inglês no vestibular é um deles. Essa exigência, se, por um lado, não garante um domínio ótimo da língua por parte do estudante, por outro, condena as outras línguas a um secundarismo pernicioso senão perverso. Mais, seríamos nossos próprios algozes se fechássemos os olhos para uma longa tradição

humanística de estudar as línguas latinas, ao mesmo tempo em que encolheríamos um mercado de trabalho para os egressos de nossos cursos de letras. Como podemos negligenciar, por exemplo, o estudo do espanhol, tendo em vista nossos interesses econômicos (atente-se ao Mercosul) e nossa posição geográfica?

É verdade que a maior parte da literatura científica que chega até nós está em inglês. Boa parte dela, entretanto, pode ter sido traduzida de outra língua, o que significa que lemos uma tradução indireta. Por que não permitir que os alunos tenham acesso ao original? Há a considerar também a diferença filosófica dos enfoques científicos norte-americano e europeu no tratamento da ciência (nossa afinidade com o segundo é bem maior). O monolingüismo, certamente, nos condena a um estrabismo cultural onde todos os temas são tratados através de uma só lente.

Ao que parece, chegamos a um patamar em que, mais do que nunca, temos que nos encarregar da preservação da nossa identidade, tradição, história e patrimônio cultural, bem como daqueles que estão histórica e culturalmente ligados a nós, para que não sejam solapados e atropelados pela nova ordem mundial de domínio global das relações neocoloniais.

FSM 2002

Por um mundo sem guerras

Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 redesenharam a agenda do Fórum Social Mundial 2002. O crescimento dos conflitos militares em escala global, a partir dos atentados terroristas contra o World Trade Center e o Pentágono e da reação militar norte-americana no Afeganistão, colocou o tema da paz no centro dos debates em busca de um mundo melhor. De 31 de janeiro a 5 de fevereiro, cidadãos de 150 países estarão em Porto Alegre para debater a situação social, política e econômica do planeta e formular alternativas ao atual modelo de desenvolvimento. Na mente de todos, uma preocupação: é preciso, mais do que nunca, construir uma cultura de paz em nível mundial.

Marco Aurélio Weissheimer

Na manhã do dia 13 de janeiro, um domingo, o vice-governador do Rio Grande do Sul, Miguel Rossetto, convocou uma entrevista coletiva em seu gabinete, no Palácio Piratini, para fazer um balanço dos trabalhos de organização da segunda edição do Fórum Social Mundial e apresentar as principais informações sobre o encontro. Rossetto identificou uma das principais preocupações dos organizadores do FSM 2002: o tema da paz. Na avaliação do vice-governador, a luta por um mundo sem guerras é um dos maiores desafios a serem enfrentados na segunda edição do Fórum Social Mundial, que será realizado de 31 de janeiro a 5 de fevereiro, em Porto Alegre. "Teremos o enorme desafio de rejeitar a agenda militarizada de relação entre as nações, que vem crescendo de forma assustadora", afirmou.

Certamente não é exagero dizer que o Fórum Social Mundial 2002 será um dos maiores eventos políticos mundiais deste período, reunindo mais de 16 mil delegados de 150 países. Apesar dos 189 que integram a Organização das Nações Unidas (ONU) não estarão representados em Porto Alegre – na primeira edição do Fórum, em 2000, eram cerca de quatro mil delegados de 117 países. Este ano, serão realizadas mil oficinas e seminários, distribuídos em diversos lugares da cidade. O coração do evento continua sendo o Salão de Eventos da PUC. Lá funcionarão ainda 16 espaços de debate. Além destes, se diarião atividades do Fórum a Ufrgs (seis auditórios), Teatro da Ospa, Gigantinho, Auditório Araújo Viana, Centro de Eventos São José do Plaza San Rafael, Cais do Porto, Federaçal, Clube do Comércio, Casa de Cultura Mário Quintana, Amrigs, Ginásio da Brigada, Parque da Harmonia e Anfiteatro Pôr do Sol.

Durante seis dias, ativistas dos movimentos sociais, sindicalistas, representantes de partidos políticos, parlamentares, governantes, intelectuais e cidadãos de 150 países debaterão, trocarão experiências e começarão a formular uma agenda alternativa na direção de um mundo sem guerras e da formulação de um modelo político-econômico que não exclua milhões de pessoas em todo o planeta, como ocorre no modelo atual. A densidade e a diversidade dessa representação – e da agenda temática do encontro – são claros indicadores de que o Fórum Social Mundial 2002 será uma expressão da sociedade civil mundial. Todos os temas que compõem a agenda contemporânea e que dialogam com o futuro da humanidade serão debatidos em Porto Alegre. E após o 11 de setembro, o tema da paz mundial adquiriu

uma relevância inédita. A crescente militarização das relações internacionais, com o acirramento de conflitos regionais na Colômbia, na Palestina, no Afeganistão, na Índia e no Paquistão, entre outros, colocaram para os organizadores do FSM o desafio de articular um movimento político internacional capaz de construir uma alternativa em direção a um mundo sem guerras.

Chomsky: as guerras e a paz no mundo

Esse debate estará articulado em torno de dois grandes eixos. O primeiro deles é a conferência "Um mundo sem guerras é possível", que promoverá debates sobre conflitos bélicos atualmente existentes no planeta e buscará a elaboração de propostas de planos de paz para esses conflitos. Quatro áreas de

conflito merecerão atenção especial: Palestina, Chiapas, País Basco e Colômbia. Quatro prêmios Nobel da Paz participarão do debate: Adolfo Pérez Esquivel (Argentina, Nobel da Paz de 1980), Mairead Corrigan Maguire (Irlanda, Nobel da Paz de 1976), Rigoberta Menchú Tum (Guatemala, Nobel da Paz de 1992) e Colm O'Ceanachain (Irlanda, Nobel da Paz de 1977). A palestra de abertura da conferência será realizada pelo lingüista e ativista norte-americano Noam Chomsky, que abordará o tema "As Guerras e a Paz no Mundo". Chomsky falará no dia 1º de fevereiro, às 18h, no Ginásio de Esportes Gigantinho, que tem capacidade para cerca de 20 mil pessoas. A palestra será transmitida pela TV Educativa do Rio Grande do Sul para todos os participantes do Fórum Social Mundial.

O segundo eixo do debate sobre a paz ocorrerá na Assembleia Pública Mundial do Orçamento Participativo com os Gastos de Guerra. Essa atividade consistirá no exercício internacional da experiência do Orçamento Participativo, tendo como tema central a discussão dos valores destinados mundialmente às guerras e à indústria bélica. Os participantes da assembléia mundial do OP proporão outras utilizações para esse dinheiro, como, por exemplo, erradicação da fome, do trabalho infantil, do analfabetismo e atenção às vítimas da Aids.

Experiência inédita

A Assembleia Pública Mundial do Orçamento Participativo com Gastos de Guerra deverá ser uma das atividades mais significativas da segunda edição do Fórum Social Mundial, tanto por seu caráter inédito quanto por sua relevância política. A iniciativa é

inspirada na experiência do Orçamento Participativo (OP), implementada pelas sucessivas gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) na prefeitura de Porto Alegre e, agora, também em nível estadual, abrangendo todo o Rio Grande do Sul. No início de 2002, quem estiver no Fórum Social Mundial terá a oportunidade de assistir a uma inédita experiência de aplicação deste instrumento de democracia participativa em escala global. O objeto de debate e de deliberação dos participantes da assembleia pública mundial do OP, que será aberta no dia 2 de fevereiro, às 14h, no Centro de Eventos da PUC, serão os gastos militares em todo o planeta.

O que poderia ser feito com os cerca de US\$ 800 bilhões de dólares gastos anualmente com a indústria bélica e a guerra em todo o mundo? Os organizadores da assembleia apontam algumas alternativas: eliminação da fome e do analfabetismo, erradicação do trabalho infantil forçado, maior atenção ao problema da Aids e às vítimas de guerra. A exemplo do que ocorre nas reuniões do Orçamento Participativo no Rio Grande do Sul, os participantes do encontro poderão votar sobre qual deve ser a destinação destes recursos. Será constituída uma assembleia pública mundial para decidir a aplicação dos US\$ 800 bilhões anuais gastos em armamento no mundo. Especialistas de cada área terão a oportunidade de defender alternativas de investimentos. Num segundo momento, os participantes do FSM poderão votar as prioridades para o ano de 2003.

Alternativas

A Assembleia Pública Mundial do Orçamento Participativo com os Gastos de Guerra está dividida em três momentos distintos. O primeiro deles será a instalação da assembleia pelo governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra. O segundo será uma exposição sobre os gastos de guerra no mundo, pelo conselheiro da Comissão Europeia para reconversão da indústria armamentista, Claude Serfaty. No terceiro momento, ocorrerá a exposição das alternativas de aplicação dos recursos da guerra, sob a coordenação das seguintes personalidades:

- **Atenção às vítimas da guerra:** Rony Brauman, Israel, Médicos Sem Fronteiras, Prêmio Nobel da Paz de 1999.
 - **Erradicação do analfabetismo:** Dom Pablo González Casanova, México, sociólogo e professor da Universidade Autônoma do México.
 - **Atenção à Aids:** Raymund Offen Heimer, Presidente da Oxfam International.
 - **Manutenção do Emprego:** Reversão da Indústria Armamentista: Marc Laviolette, presidente da Confederação dos Sindicatos Nacionais de Québec.

Parlamentares e prefeitos

Os temas da paz e da busca de um modelo de desenvolvimento global que defina a erradicação da fome, do analfabetismo, do trabalho infantil e das guerras como prioridades a serem perseguidas por



Arte: Mario Guerreiro

Adufrgs promove e apóia oficinas do FSM

Cinco oficinas do Fórum Social Mundial 2002, com temas centrados na cultura, educação, política e organização sindical do setor público, serão promovidas pela Adufrgs, que também sedia outras cinco. Uma das oficinas, intitulada "Língua e Identidade", abordará o aspecto político da questão linguística no que diz respeito à língua portuguesa, no contexto de toda a lusofonia e não só no do Brasil. Participará desta oficina o deputado federal Aldo Rebelo (PC do B), autor do projeto de lei concernente à língua portuguesa no Brasil. Serão tratadas, também, as questões terminológicas e a linguagem informática.

Com o objetivo de estimular militantes a refletir sobre os mecanismos de coerção social embutidos nos consensos fabricados pela mídia, a Adufrgs promove a oficina (curso de formação) "Pensando contra a Corrente - autodefesa Intelectual", ministrada pelo professor do Departamento de Biofísica da Ufrgs, Jorge Alberto Quillfeldt. Segundo ele, saber detectar as manipulações ideológicas e conceituais é arma decisiva de qualquer movimento social. Os debates serão complementados com a exibição de partes do vídeo-documentário "O Consenso Fabricado: Noam Chomsky e a Mídia".

Em "A crise do estado e o papel dos sindicatos do setor público" será traçado um paralelo entre o Brasil e a experiência europeia em negociação coletiva e greve no serviço público.

Outras cinco oficinas na área cultural acontecem na sede da Adufrgs. Elas são promovidas pela TradSol, Solidaritrad (França), Rede Encontro, Rede Práxis, Movimento Nacional em Defesa da Língua (MNDLP) e Centro de Integração Cultural Latino-Americana (Cicla).

Oficinas

"Pensando Contra a Corrente Auto-Defesa Intelectual Contra o Consenso Fabricado pela Mídia"

Debatedor: Jaime Caicedo, professor de Antropologia da Universidade Nacional da Colômbia

Data: 04 de fevereiro

Horário: 15 horas

Local: Auditório da Faculdade de Direito da Ufrgs - Avenida João Pessoa, 80, 2º andar

"Língua e Identidade: que política linguística, para que globalização?"

Palestrantes: Roberto Romano, professor de Filosofia da Unicamp, Pedro Hernandez, da Universidade Nacional da Colômbia, Anahy Fernandez, da Confederação Nacional de Docentes Universitários (Conaduh/Argentina), Hector González da

Associação de Docentes da Universidade da República (Adur/Uruguai) e Hélio Trindade, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Ufrgs

Data: 01, 02 e 03 de fevereiro
Horário: 13h30 às 15 horas

Local: Auditório da Fabico

Rua Ramiro Barcelos, 2.705 - Santana

"É possível a Paz na Colômbia? A geopolítica do Plano Colômbia e a Iniciativa Andina (15 hs)"

Palestrante: Aluizio Leal, professor de Sociologia da Universidade Federal do Pará

Colômbia: essa democracia genocida (16hs)

Palestrante: Glória Ramirez, membro da Frente Social e Política da Colômbia

Propostas de paz no meio da guerra na Colômbia (17hs)

Painelistas: representantes das Forças

professor de Antropologia da Universidade Nacional da Colômbia e representantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP). A oficina está dividida em três partes: "A geopolítica do Plano Colômbia e a Iniciativa Andina", "Colômbia: essa democracia genocida" e "Propostas de paz no meio da guerra na Colômbia".

A quarta oficina, "A Universidade Pública que a América Latina Quer é Possível?", trata da atual situação das universidades públicas latino-americanas e seu rumo no contexto da economia neoliberal. Como palestrantes estão Roberto Romano, professor e Filosofia da Unicamp; Pedro Hernandez, da Universidade Nacional da Colômbia; Anahy Fernandez, da Confederação Nacional de Docentes Universitários (Conaduh/Argentina), Hector Gonzalez, da Associação de Docentes da Universidade da República (Adur/Uruguai) e Hélio Trindade, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Ufrgs.

Em "A crise do estado e o papel dos sindicatos do setor público" será traçado um paralelo entre o Brasil e a experiência europeia em negociação coletiva e greve no serviço público.

Outras cinco oficinas na área cultural acontecem na sede da Adufrgs. Elas são promovidas pela TradSol, Solidaritrad (França), Rede Encontro, Rede Práxis, Movimento Nacional em Defesa da Língua (MNDLP) e Centro de Integração Cultural Latino-Americana (Cicla).

Armedas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP)

Debatedor: Jaime Caicedo, professor de Antropologia da Universidade Nacional da Colômbia

Data: 04 de fevereiro

Horário: 15 horas

Local: Auditório da Faculdade de Direito da Ufrgs - Avenida João Pessoa, 80, 2º andar

"A Universidade Pública que a América Latina quer é possível?"

Palestrantes: Roberto Romano, professor de Filosofia da Unicamp, Pedro Hernandez, da Universidade Nacional da Colômbia, Anahy Fernandez, da Confederação Nacional de Docentes Universitários (Conaduh/Argentina), Hector González da

Associação de Docentes da Universidade da República (Adur/Uruguai) e Hélio Trindade, professor de Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Ufrgs

Data: 01 de fevereiro

Horário: 13h30 às 16h30

Local: Auditório da Faculdade de Direito da Ufrgs - Avenida João Pessoa, 80, 2º andar

"É possível a Paz na Colômbia? A geopolítica do Plano Colômbia e a Iniciativa Andina (15 hs)"

Palestrante: Aluizio Leal, professor de Sociologia da Universidade Federal do Pará

Colômbia: essa democracia genocida (16hs)

Palestrante: Glória Ramirez, membro da Frente Social e Política da Colômbia

Propostas de paz no meio da guerra na Colômbia (17hs)

Painelistas: representantes das Forças

professor de Antropologia da Universidade Nacional da Colômbia e representantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP). A oficina está dividida em três partes: "A geopolítica do Plano Colômbia e a Iniciativa Andina", "Colômbia: essa democracia genocida" e "Propostas de paz no meio da guerra na Colômbia".

A quarta oficina, "A Universidade Pública que a América Latina Quer é Possível?", trata da atual situação das universidades públicas latino-americanas e seu rumo no contexto da economia neoliberal. Como palestrantes estão Roberto Romano, professor e Filosofia da Unicamp; Pedro Hernandez, da Universidade Nacional da Colômbia; Anahy Fernandez, da Confederação Nacional de Docentes Universitários (Conaduh/Argentina), Hector Gonzalez, da Associação de Docentes da Universidade da República (Adur/Uruguai) e Hélio Trindade, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Ufrgs.

Em "A crise do estado e o papel dos sindicatos do setor público" será traçado um paralelo entre o Brasil e a experiência europeia em negociação coletiva e greve no serviço público.

Outras cinco oficinas na área cultural acontecem na sede da Adufrgs. Elas são promovidas pela TradSol, Solidaritrad (França), Rede Encontro, Rede Práxis, Movimento Nacional em Defesa da Língua (MNDLP) e Centro de Integração Cultural Latino-Americana (Cicla).

Arte: Mario Guerreiro

IMPRENSA

Incentivar a dissidência

LE MONDE
diplomatique*Serge Halimi**

Jornalistas e intelectuais, que fazer num mundo onde 358 bilionários detêm mais da metade de toda a riqueza da população do planeta? Um mundo em que um país, Moçambique, onde a quarta parte das crianças morre de doenças infecciosas antes de atingir a idade de cinco anos, gasta duas vezes mais com o pagamento da dívida externa do que com saúde e educação? Um mundo onde, segundo o gerente do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, "se a tendência atual se mantiver, as disparidades econômicas entre países industrializados e países em vias de desenvolvimento passarão do estágio injusto ao desumano"? Um mundo em que, no próprio âmago dos países democráticos, o dinheiro domina o sistema político a ponto de ambos se confundirem, as leis são feitas por quem assina os cheques e os cidadãos sentem tal nojo que acham melhor deixar o direito de votar apenas para os investidores?

Jornalistas e intelectuais, como podemos denunciar esta situação e propor soluções quando esses bilionários, os Bill Gates, os Rupert Murdoch, os Jean-Luc Lagardères, os Ted Turners, ou os Conrad Blacks da vida, possuem os jornais e as editoras para quem escrevemos, as emissoras de rádio em que falamos, as redes de televisão onde aparecemos? O que fazer quando a informação e a cultura disseminadas nas nações em vias de desenvolvimento provêm basicamente dos países industrializados, e quando tão pouco da informação e cultura difundida nos países industrializados provém das nações em vias de desenvolvimento? O que fazer quando os que assinam os cheques, os que redigem as leis, os que investem, os que reestruturam, os que demitem, são também os nossos patrões, os nossos anunciantes, os nossos distribuidores, os nossos interlocutores, são, enfim, quem decide?

Jornalistas e intelectuais na classe dominante

Em outros termos, neste mundo globalizado e totalitário, no atual universo globalitário, poderemos ainda nós, jornalistas e intelectuais, desempenhar o papel do contra-poder, de voz dos sem-voz? Reconfortar os que vivem preocupados e preocupar os que vivem no conforto? Como fazer isso, e mais ainda, quando alguns de nós – quase sempre os que têm mais poder e gozam de mais tempo nas emissoras – já pertencem à classe dominante tanto ou mais do que as próprias elites do mundo dos negócios? As questões são necessárias, a resposta, inevitável: é cada vez mais difícil que façamos aquilo que devemos fazer. Conscientemente ou não, nós somos quase sempre os arautos da ordem e os ventriloquos da injustiça. E também isso é uma das consequências da globalização. É claro que ela não é inevitável: a história nos dá exemplos daqueles que derrubaram o inderrubável. Mas os grandes meios de comunicação de massa, instrumentos de exercício do poder pelos que o ocupam, tentam por toda e qualquer forma convencer-nos do caráter "incontornável" da grande transformação capitalista deste fim de século. E ainda persuadir-nos que, de resto, essa transformação é desejável. No entanto, não serão os jornalistas e os intelectuais que irão deixar passar despercebido o impacto de uma ideologia disseminada 24 horas por dia

num mundo sem sono nem fronteiras.

Há dois anos e meio, *Le Monde Diplomatique* cunhou a expressão "pensamento único". A expressão "pegou" tão rapidamente que, em apenas algumas semanas, o candidato Jacques Chirac utilizou-se dela como instrumento para tentar relançar sua anêmica campanha à presidência da França. Três meses depois, ele se tornaria presidente da República. Seria desnecessário dizer que o sentido da expressão perdeu um pouco do seu significado à medida que a popularidade do candidato crescia...

E o que é, afinal – ou melhor, o que era, afinal –, o pensamento único? É a tradução ideológica dos interesses do capital mundial, a partitura das prioridades dos mercados financeiros. É a propaganda através dos principais órgãos de imprensa das políticas neoliberais recomendadas pelas grandes organizações econômicas internacionais que usam e abusam do crédito, das estatísticas e da autoridade que ainda lhes é conferida: a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial (Bird) o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os 100 mil analfabetos que fazem os mercados

Fácil de assimilar, com uma divulgação dócil garantida pelos "partidos do governo", seus clones repetidos em mais de cem idiomas devido ao fenômeno da globalização, esta nova ortodoxia procura submeter todos os governos do planeta à "única política possível": a que tem o aval dos ricos. Veja-se esta explicação de um ensaísta francês: "O totalitarismo dos mercados financeiros não me alegra. Mas eu sei que ele existe e gosta que todas as elites o soubessem. Não sei se é correta a maneira de pensar dos mercados, mas sei que não se pode pensar contra os mercados. Sou como um camponês que não gosta da geada mas aprende a conviver com ela.

Os 100 mil analfabetos que fazem os mercados podem mandar para o espaço a economia de um país, se não for respeitado um certo número de cânones tão rigorosos quanto os cânones da igreja. Os peritos, pelo menos propagam esta realidade." Quando Alain Minc, o autor desta análise, se referia aos "peritos", ele estava por certo pensando nos jornalistas e ensaístas.

E se aproveitou bem... Mas se aceitarmos sua amostra quimicamente pura de meteorologia mercantil, se aceitarmos a legitimação adulatória de uma nova ditadura, dentro em breve a política não será mais que o palco de um pseudo-debate entre partidos que exageram a dimensão das pequenas diferenças que os distinguem para melhor dissimular a enormidade das submissões e proibições que os unem. E o desencanto eleitoral será, logicamente, a resposta a este não-de-



Ilustração de Mario Guerreiro

bate. E isso já ocorre. Nos Estados Unidos, onde interesses "de fora" financiaram os posteriormente famosos "aperitivos" da Casa Branca – tornando um pouco mais porosa a fronteira entre política interna e comércio mundial –, apenas 48% dos eleitores potenciais compareceram às urnas para votar em novembro de 1996, o que constitui o índice mais baixo desde 1924. A um nível dessa magnitude, a indiferença popular assume praticamente as proporções de um ato de desobediência civil.

"Democracia" sem diferenças

Um outro exemplo, menos badalado, ilustra o tipo de redação automática comum entre aqueles que praticam o que *Le Monde Diplomatique* chamou o "jornalismo de mercado". No mês de dezembro de 1996, camponeses gregos bloqueiam as estradas em protesto contra as medidas de austeridade tomadas pelo seu governo. E um deles explica: "O único direito que nós temos é o de votar e isso não leva a gente a lugar algum." Uma eleição recente levava ao poder um Partido Socialista próximo aos meios financeiros. O comentário adocicado do *Washington Post* fora o seguinte: "Esta foi a primeira eleição realmente moderna da história do país onde nasceu a democracia. (...) No fundamental, os dois partidos estão de acordo com relação a um conjunto de questões importantes." Como podemos nós, jornalistas e intelectuais, aceitar a idéia de que uma democracia "realmente moderna" é aquela onde as grandes forças eleitorais não diferem basicamente em nada, já que "100 mil analfabetos" decidem a parada sozinhos? E se a aceitarmos, em nome de quê e com que cara vamos lançar impropérios contra o "extremismo" e o "populismo" que acabam sendo manifestações de uma cólera legítima, diante das convivências de um debate fictício que tem como pano de fundo uma sociedade polarizada? Em vez de zombar do "politicamente correto" que caracterizaria uma parte da esquerda norte-americana, talvez fosse o caso de tomarmos cuidado com o "economicamente correto" em que ficamos atolados toda vez que nos transformamos em brigada de aclamação dos mercados financeiros. Um slogan vem martelando a cabeça de todo mundo: "Dentro de três anos, o ano 2.000."

A definição da modernidade e de seu antônimo constituem, na realidade, o palco de uma guerra ideológica quotidiana. E o jornalismo de mercado associa automaticamente a "modernidade" à livre-iniciativa ("abertura"), à moeda única ("força"), à desregulamentação ("flexibilidade"), às privatizações ("concorrência"), à comunicação (exceto para os "sem-rede"), à "Europa" (da livre-iniciativa, da moeda única, da desregulamentação, das privatizações e da comunicação).

Condenados a um destino?

É claro que o "arcaísmo", ou o "atraso", seriam inversamente personificados pelo Estado de bem-estar social, ou simplesmente pelo Estado (a menos, naturalmente, que este se desdobre nas funções de braço armado da segurança e da propriedade), pelos sindicatos (que não teriam senão uma "representatividade corporativa"), pela nação (ante-câmara do "nacionalismo") e pelo povo (sempre embriagado de "populismo").

Para nós, jornalistas e intelectuais, o exercício da reflexão, o esquecimento momentâneo dos reflexos e da postura do burocrático escriba, podem nos levar à conclusão de que esta é uma modernidade destruidora e que os arcaísmos são necessários. Refletir significa se opor a este tipo de globalização e imaginar outro. Significa, antes de tudo, combater a crença de que vivemos o único destino que nos é permitido. Os dois jornais em que escrevemos deveriam aliar-se nesta tarefa de desmistificação. Como podemos deixar de compartilhar da penetrante análise feita há dois anos por Martin Wolf num editorial do *Financial*

Times intitulado "O mito da economia global"? "A integração econômica mundial", escreveu Wolf, "não tem nada de irresistível. Os Estados optaram por baixar suas barreiras comerciais e eliminar o controle aduaneiro. E podem acabar com essas políticas se e quando o quiserem." E deveriam fazê-lo. E nós devríamos ajudá-los. Mas a opinião que Martin Wolf expressa nestas colunas não é a sua. O discurso dos apóstolos da globalização e dos mercados chama a atenção acima de tudo pelo seu extremismo, por sua tendência a esquecer o valor da dúvida, pela analogia que inevitavelmente sugere com a doxa stalinista dos anos 50. Após a leitura dos textos sugeridos pelos apóstolos da globalização, quem ainda teria o direito de pôr em dúvida que os mercados representam um modelo perfeitamente adaptado à felicidade do ser humano? E que a globalização arrasta com ela a realização universal e suprema dessa felicidade? E no entanto, as coisas nem sempre correm como fora prometido pelos pregadores do capitalismo total.

Aí, vem a explicação: "Tem que esperar um pouquinho mais..."; "Só faltam alguns degraus..."; "Toda mudança é dolorosa..."; "Você só viu um rascunho..."; "Se pelo menos o povo fosse um pouco mais empreendedor, mais flexível, os resultados teriam sido resplandescentes! Desigualdades sociais? Neguemos sua existência e celebremos a sua "eficiência". Ou, melhor ainda, afirmemos que elas são o produto de um-pouco-demais-de-Estado e de um-pouco-de-menos-de-mercados. Por isso é que ainda não existem tíquetes que permitam "escolher" a escola ou o hospital que se deseja. São poucas, ainda, as zonas francas nos guetos. Ainda é insuficiente o número de isenções fiscais para atrair os "empresários". Ainda é insuficiente o número de fundos de pensão. E a concorrência ainda é insuficiente no próprio coração dos serviços públicos.

Um novo stalinismo

A coisa lembra um pouco os stalinistas com o comunismo: toda vez que alguém estrebucha e cai no caminho de uma sociedade de mercado pura, radiente e fluorescente, os tropeços são atribuídos a quem vai puxando a marcha, e nunca à direção louca que ela tomou. E, também como faziam os stalinistas, os apóstolos da globalização atribuem a seus críticos tamanha dose de irracionalidade que seria plenamente justificável um programa de reeducação. E se, pelo contrário, o mercado fosse um modelo que não desse certo para a maioria dos habitantes do planeta? E se os mercados, que decididamente podem ser uma máquina formidável de criar riquezas, não soubessem construir uma sociedade humana, justa e decente? Qual o preço que deveremos pagar antes de tirar as lições necessárias? Quantas pessoas abandonadas ao seu destino e à pobreza? Quantas mantidas à margem daquilo que o sr. Greenspan, presidente do banco central norte-americano, chamou de "exuberância irracional dos mercados"? Quantas traumatizadas por horas de vigília, longe das "comunidades" privadas dos ricos? Quantos norte-americanos atrás das grades de uma cela de prisão? Quantas áreas subterrâneas destruídas e quantas revoltas sociais? Qual o número de cidadãos convencidos que a democracia não foi feita para eles? Se o fim dos regimes policiais na Europa oriental e o desmoronamento dos dogmas referentes à natureza humana que lhes eram atribuídos serviram para nos ensinar alguma coisa, não foi certamente a necessidade de outro totalitarismo, de uma outra tirania – a dos mercados financeiros. Foi o valor da dúvida e a necessidade urgente da dissidência. (Publicado em junho de 1997)

Tradução Jô Amado

* Da redação do *Le Monde Diplomatique*.

O texto foi a base da intervenção de Halimi num debate histórico entre as redações do "Diplô" e do "Financial Times", realizado em Londres, em abril de 1997.

ECOLOGIA

Rio +10 faz balanço de acordos da ECO 92

Representantes de movimentos sociais, organizações não-governamentais, universidades, sindicatos, instituições de cooperação internacional, partidos políticos e governos locais, subnacionais e nacionais estarão no Encontro Preparatório Rio +10 – durante os três dias (28, 29 e 30 de janeiro) que antecedem o II Fórum Social Mundial – debatendo os desafios para implementação de uma agenda de sustentabilidade para o planeta Terra.

Será feito um balanço dos avanços e problemas ligados à implantação dos acordos firmados nos Encontros da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável e Fórum Global, realizados no Rio de Janeiro em 1992, e dos temas ambientais emergentes no atual cenário do planeta. As resoluções serão apresentadas ao FSM e, posteriormente, levadas para a Rio+10, que acontecerá em Johannesburgo, na África do Sul, em setembro de 2002.

Os principais objetivos do Encontro Preparatório Rio +10:

- Promover a reflexão, a proposição e a mobilização no âmbito da sociedade civil e dos governos subnacionais e locais, sobre alguns temas que compõem a agenda ambiental mundial em caráter preparatório à Rio+10;
- Ampliar a participação desses setores na construção da agenda internacional e mobilizá-los para que ela seja incorporada nas políticas nacionais de desenvolvimento;
- Avaliar os acordos multilaterais da Rio 92 quanto aos avanços e retrocessos da última década e às perspectivas da nova conjuntura internacional;
- Incorporar os chamados "temas emergentes" da agenda ambiental, para articulação da agenda de sustentabilidade com outros campos de interesse que têm mobilizado a sociedade em nível mundial, como o combate à pobreza e às questões raciais;
- Elaborar um documento com as avaliações, estratégias e proposições das palestras e discussões, a fim de permear os debates do II Fórum Social Mundial, contribuindo para sua resolução final.

Contatos e informações sobre o Encontro Preparatório Rio +10:

www.forumsocialmundial.org.br

www.sema.rs.gov.br

E-mails: nossaequipe@conex.com.br,

assecom@sema.rs.gov.br ou

apedema@conex.com.br

(Fonte: Agência Carta Maior)

Paulo Fagundes Vizentini - Professor do IFCH e Coord. Núcleo de Relações Internacionais do ILEA / Ufrgs

Significado e impactos do colapso argentino

Para os críticos do neoliberalismo, o colapso argentino não representa surpresa. Foi a "crônica de uma morte anunciada", parafraseando Gabriel García Marquez. O que pode surpreender, foi a demora da reação popular. Sua incapacidade em responder aos desafios deveu-se à passivização decorrente de dois traumas sofridos: o terror de Estado e a hiperinflação. No início dos anos 70 houve uma aliança entre militares e empresários adeptos do liberalismo, que passou da crítica do governo populista à crítica da sociedade populista. A guerrilha e a crise eram considerados uma doença, cuja cura requeria medidas extremas que fizessem a sociedade retroceder ao período anterior a 1945, ou mesmo 1930, quando teria sido saudável.

As medidas ortodoxas de mercado eram consideradas pelo regime militar como a principal arma no combate às "industrias artificiais", recriando uma Argentina agro-pastoril. Para tanto, seria necessário erradicar a contestação social, a sociedade populista enquanto tal e as indústrias "ineficientes", que constituíam a base da economia urbana e, esta, da classe trabalhadora disciplinada. É neste ponto que se encontra a lógica da política econômica do regime. A implantação de tal projeto requeria a aplicação do Terror de Estado que, ao contrário do que muitos pensam, não foi um mero excesso no combate à guerrilha, mas uma política deliberada para romper a capacidade de resistência da sociedade.

Assim, o liberalismo (associado à repressão) foi um componente fundador do colapso argentino. Em 1989 uma hiperinflação permitiu a implantação de uma nova fase de regressão econômica, definida como "estabilidade" anti-inflacionária. Seguiu-se uma década de neoliberalismo mafioso e corrupto, liderado pelo peronista Menen. A abertura e as privatizações tornaram-se políticas irreversíveis com a paridade peso/dólar. A prolongada recessão e a crescente corrupção levaram a população a votar, depois de dez anos, numa oposição que não cumpriu suas promessas, e foi derrubada por um levante popular. Este, contudo, foi igualmente capitalizado pelos peronistas, desejosos de tirar proveito da debilidade do governo e retornar ao poder.

A Argentina foi a mais fiel seguidora dos programas do FMI e do Consenso de Washington, e seu colapso sinaliza a crise e o refluxo do neoliberalismo. Aliás, os únicos países que apresentaram crescimento econômico

relevante na última década, foram os da Ásia oriental, que não adotam políticas liberais. Isto deverá ter um impacto considerável sobre os partidos conservadores no continente e em seus programas econômicos, desde que as oposições de esquerda saibam tratar a questão politicamente.

No plano imediato se constata uma mudança de rumos na economia do país vizinho, que inclui o fim da paridade com o dólar, a moratória sobre a dívida e uma revalorização do setor produtivo em detrimento da especulação financeira (este último ainda é só discurso). O protecionismo, num primeiro momento, será inevitável. Contudo, o nó da questão é político. A Argentina precisa decidir se deseja ser uma nação industrial (como o Brasil alega querer ser) ou desindustrializada como o Chile. É preciso também estabelecer leis de controle sobre o capital especulativo, como fez o Chile, evitando uma crise como a argentina.

O problema é que a política do país está fragmentada. O sistema político está debilitado e sem regras definidas, os partidos e seus líderes desacreditados, os mesmos caciques tradicionais que precipitaram o país na crise voltaram ao poder e parecem mais dispostos a lutar entre si, com vistas à próxima eleição. Pior, falta

uma esquerda organizada e atuante, que possa construir uma alternativa de poder ou, ao menos, equilibrar o espectro político. Elementos de uma guerra civil seguem presentes, devido à mobilização de um lumpen peronista contra a esquerda, a não solução dos problemas conjunturais que produziram a explosão e o surpreendente descaso para com a população.

A questão da integração ganha novos contornos com a queda do ministro Cavallo, que estava determinado a destruir o Mercosul e a impulsionar a Alca, numa visão pró-EUA.

Não contando com apoio norte-americano, Buenos Aires terá que contribuir para uma nova arrancada do

Mercosul, pois necessita do Brasil. A Alca tende a ficar mais difícil, tanto pela cautela renovada dos lobbies norte-americanos, devido ao colapso argentino e a falta de atrativos de curto prazo, como pelo ressentimento nacional em relação à atitude de Washington. Dez anos de "relaciones carnales" com os EUA acabaram pateticamente... Contudo, é necessário ter presente que Bush é capaz de qualquer atitude, mesmo contra toda a lógica.

Enfim, a tão anunciada crise argentina chegou, na continuidade de tantas outras que vêm abalando o neoliberalismo desde 1997. Esta crise deverá repercutir nas próximas eleições brasileiras, por mais que os partidos conservadores e a mídia busquem minimizá-la. O senador-presidente Saá já estava sendo tratado como estadista e a Argentina, rapidamente, era retirada do noticiário, mas tudo não durou uma semana. Em sentido contrário, a Argentina dependerá do resultado das eleições brasileiras, que deverão tanto repercutir tanto no futuro perfil da integração regional, como no equilíbrio interno de forças políticas no país vizinho. É possível que novas forças políticas já estejam emergindo.



INTERNET

Notícias diárias, relatórios da categoria e a versão eletrônica do jornal Adverso estão em

[WWW. adufrgs.org.br](http://www.adufrgs.org.br)





Eduardo Galeano - Escritor

Os invisíveis

"Os inquéritos indicam que a América Latina é, nos dias de hoje, a região do mundo que menos acredita no sistema democrático de governo".

Não apenas na Argentina, não apenas na América Latina, o sistema está cego. Quem são as pessoas de carne e osso? Para os economistas mais notórios, números. Para os banqueiros mais poderosos, devedores. Para os tecnocratas mais eficientes, moléstias. E para os políticos com mais êxito, votos.

Agora, os invisíveis ocuparam, coisa rara, o centro da cena. São os que se negam a continuar a comer promessas; os que foram despojados dos seus salários e das suas aposentadorias; os que ficaram sem as poupanças de toda uma vida; os jovens que se sentem traídos pelo país que herdam.

No rio revolto da bronca colectiva, aparecem também os pescadores... os que tentam desviar a justa torrente da indignação popular, para que tudo acabe numa guerra de pobres contra pobres. Mas isso não tira nem um pouco de valor à "povada" que deu a volta ao governo de la Rúa, nem às caçaroladas posteriores, que são provas irrefutáveis de energia democrática.

De la Rúa tinha dito, no seu discurso, mais palavra menos palavra: a realidade não existe, as pessoas não existem. A democracia somos nós, respondeu-lhe o povo, e estamos fartos. Ou, por acaso, a democracia consiste apenas no direito de votar de quatro em quatro anos? Direito de eleição ou direito de traição? Na Argentina, como em tantos outros países, o povo vota, mas não elege. Vota num, governa outro: governa o clone.

O clone faz, no governo, todo o contrário do que o candidato tinha prometido durante a campanha eleitoral. De acordo com a célebre definição de Oscar Wilde, o cínico é o que conhece o preço de tudo e o valor de nada. O cinismo disfarça-se de realismo e, assim, se desprestigia a democracia.

As pesquisas indicam que a América Latina é, nos dias de hoje, a região do mundo que menos acredita no sistema democrático de governo. Uma dessas pesquisas, publicada pela revista The Economist, revelou a queda vertiginosa da fé da opinião pública na democracia, em quase todos os países latino-americanos: há meio ano, só acreditavam nela seis em cada dez argentinos, bolivianos, venezuelanos, peruanos e hondurenhos, menos de metade dos mexicanos, dos nicaraguenses e dos chilenos, não mais de um terço dos colombianos, dos guatemaltecos, dos panamenhos e dos paraguaios, menos de um terço dos brasileiros e apenas um em cada quatro salvadorenhos.

Triste panorama, caldo gordo para os demagogos e os messias de uniforme: muita gente, e sobretudo muita gente jovem, sente que o verdadeiro domicílio dos políti-

cos está na gruta de Ali Babá e os seus 40 ladrões.

Uma memória de infância do narrador Héctor Tizón: na Avenida de Mayo, em Buenos Aires, o seu pai apontou para um senhor que, na vereda, diante da sua mesinha, vendia pomadas e escovas para polir sapatos:

— Esse senhor chama-se Elpidio González. Olha bem para ele. Foi vice-presidente da República.

Eram outros tempos. Sessenta anos depois, nas eleições legislativas de 2001, houve um aluvião de votos em branco ou anulados, algo nunca visto, um recorde mundial. Entre os votos anulados, o candidato triunfante foi o pato Clemente, que não tem mãos para roubar.

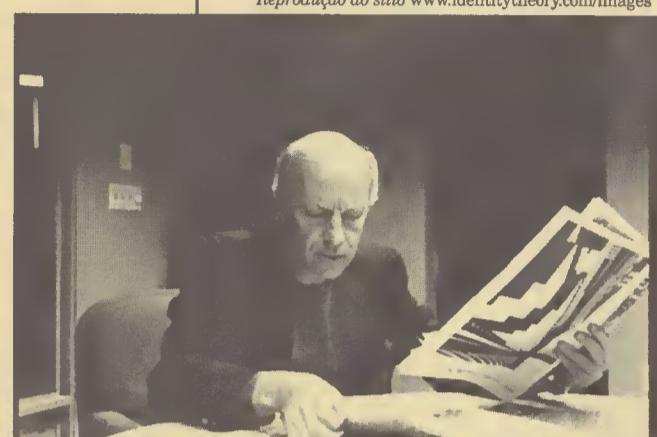
Talvez nunca a América Latina tenha sofrido um saque político comparável ao da década passada. Com a cumplicidade e o amparo do FMI e do Banco Mundial, sempre exigentes na austeridade e transparência, vários governantes roubaram até as ferraduras dos cavalos de galope. Nos anos das privatizações, rifaram tudo, até os ladrilhos das ruas das veredas e os leões do zoológico e tudo fizeram evaporar. Os países foram entregues para pagar a dívida externa, de acordo com o que mandavam os que verdadeiramente mandam, mas a dívida, misteriosamente, multiplicou-se por entre os dedos ágeis de Carlos Menem e muitos dos seus colegas. E os cidadãos, os invisíveis, ficaram sem países, com uma imensa dívida para pagar, pratos partidos de uma festa alheia e com governos que não governam, porque são governados a partir de fora.

Os governos pedem com licença, cumprem os seus deveres e apresentam-se a exame: não perante os cidadãos que os votam, mas perante os banqueiros que os vetam.

Agora que estamos em plena guerra contra o terrorismo internacional, a dúvida não é maior: que fazemos com o terrorismo do mercado, que castiga a imensa maioria da humanidade? Ou será que não são terroristas os métodos dos altos organismos internacionais, que à escala planetária dirigem as finanças, o comércio e tudo o mais? Por acaso não praticam a extorsão e o crime, ainda que matem por asfixia e fome e não por bomba? Não estão a fazer saltar em pedaços os direitos dos trabalhadores? Não estão a assassinar a soberania nacional, a indústria nacional, a cultura nacional?

A Argentina era a aluna mais bem comportada do FMI, do Banco Mundial e da OMC. Assim se foi.

Senhoras e cavalheiros: os primeiros são os ban-



queiros. E onde manda o capital, não manda marinho. Mais palavra, menos palavra, esta foi a primeira mensagem que o presidente George Bush enviou ao presidente Rodríguez Saá. A partir da cidade de Washington, capital dos Estados Unidos e não só dos Estados Unidos, Bush indicou que a Argentina deve "proteger" os seus credores e o FMI e levar por diante uma política de "mais austeridade".

Enquanto isso, em Buenos Aires, o novo presidente provisório meteu os pés pelas mãos na sua primeira resposta à imprensa. Um jornalista perguntou-lhe a que iria dar prioridade, à dívida ou ao povo, e ele respondeu: "À dívida". Don Sigmund Freud sorriu em seu túmulo, mas Rodríguez Saá corrigiu de imediato a sua resposta. E pouco depois anunciou que suspenderá os pagamentos da dívida e que destinará esse dinheiro para criar fontes de trabalho para as legiões de desocupados.

A dívida ou o povo, eis a questão. E agora o povo, ao som de suas panelas, sonha e exige.

Há coisa de um século, don José Batlle y Ordóñez, presidente do Uruguai, assistia a uma partida de futebol. E comentou: — Que lindo seria se houvesse 22 espectadores e dez mil jogadores!

Talvez se referisse à educação física, que promoveu. Ou estaria a falar, ainda melhor, da democracia que queria.

Um século depois, na margem argentina do rio, muitos dos manifestantes levavam a camiseta da sua seleção nacional de futebol, o seu entranhado sinal de identidade, a sua alegre certeza de pátria: com a camiseta vestida, tomaram as ruas. O povo, farto de ser espectador da sua própria humilhação, invadiu o terreno de jogo.

Não vai ser fácil desalojá-lo.

ORELHA



Submundo

Don Delillo

Celebrado romance de um dos maiores escritores norte-americanos da atualidade. Submundo

vem no rastro da literatura de crítica à sociedade estadunidense, uma linha de que faz parte, além de Delillo, Phillip Roth, autor de, entre muitos outros, *Pastoral Americana*. Companhia das Letras, 732p, R\$ 42,00.



O quadro da menina azul

Susan Vreeland

Novela inspirada na obra do

pintor holandês Vermeer (1632-1675), conta a história de um quadro imaginário não-feito pelo pintor. O livro entrou para a lista Publishers weekly, na seleção dos melhores títulos de 1999. Companhia das Letras, 176p, R\$ 24,00.



O mundo de Homero

Pierre Vidal-Naquet

Historiador de renome internacional faz a síntese dos conhecimentos atuais sobre a "questão homérica".

Afinal, existiu um poeta grego cego chamado Homero? Não seriam dois poetas diferentes os autores da Ilíada e da Odisséia? Ou uma multidão de pequenos poetas? Companhia das Letras, 168p, R\$ 25,50.

WWW

Informação

www.ciranda.net

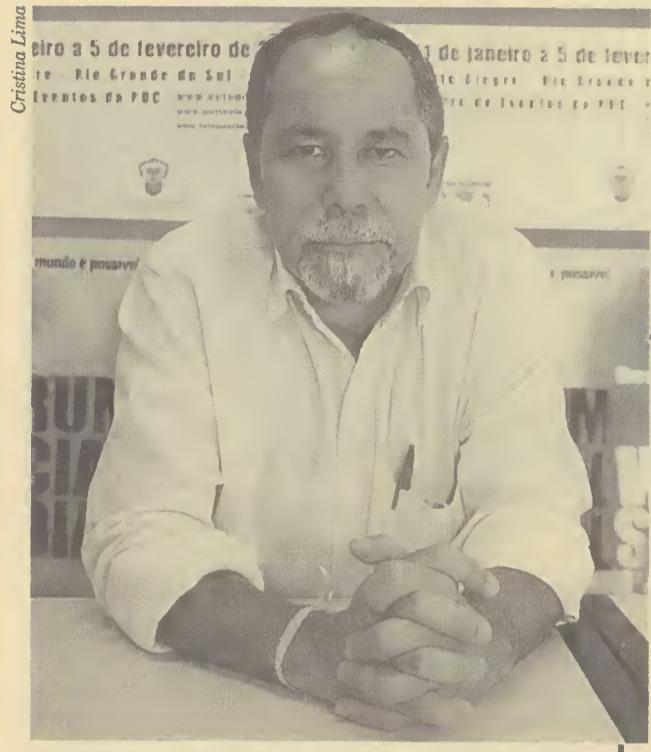
Sítio da Ciranda Internacional da Informação Independente, com cobertura jornalística do FSM 2002.

Leitura

www.mosaicodelivros.hpg.

com.br
Campanha Mosaico de Livros, que pretende formar uma biblioteca mundial no FSM.

"Fórum de Porto Alegre deve ampliar significativamente a resistência"



Tibúrcio: "o FSM será o primeiro encontro global das forças progressistas, depois do Fórum de São Paulo"

Carlos Tibúrcio é jornalista, um dos responsáveis pela edição brasileira do *Le Monde Diplomatique* e faz parte do movimento internacional Ação pela Tributação das Transações financeiras em Apoio aos Cidadãos (Attac) no Brasil. Coordenador de comunicação do Instituto Cidadania, organização não-governamental dirigida por Luiz Inácio Lula da Silva, e vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, Tibúrcio fala nesta entrevista sobre o X Fórum de São Paulo que reuniu a esquerda latino-americana em Cuba para enfrentar o novo panorama mundial de globalização neoliberal e sobre as expectativas criadas durante o evento em torno do Fórum Social Mundial, do qual é membro do Comitê de Organização.

Clarissa Pont

ma, já está ocorrendo. Na Colômbia, pela situação de conflagração interna e de submissão do governo local, foi possível para os EUA avançar inclusive no processo de ocupação militar parcial. Então, a resolução é de solidariedade às forças progressistas democráticas populares que resistem na Colômbia e de construção de um processo de politização da questão em nível de continental e internacional. Não há uma ação específica que tenha sido aprovada para se reagir ao plano Colômbia, a não ser neste sentido de denúncia, de solidariedade e de resistência.

Adverso - Como foram discutidas as alternativas da esquerda frente ao neoliberalismo no X Encontro?

Tibúrcio - O encontro reafirmou a necessidade de uma luta pela ruptura completa com os valores e os critérios que regem as políticas neoliberais na América Latina e no Caribe. Esse processo de ruptura passa pela reafirmação da soberania das nações latino-americanas. A avaliação óbvia é de que tais políticas causam muito mais mal aos povos que são submetidos a elas do que é alardeado em termos de desenvolvimento econômico. Pelo contrário, tais países entram num processo de recessão para poder cumprir as obrigações financeiras, que

"Houve um avanço significativo com as lutas de resistência à globalização neoliberal"

são colocadas como prioritárias, quando o correto seria estabelecer os objetivos sociais como prioritários. Inverter essa equação é romper com essa lógica. A avaliação é de que houve avanços por parte das forças de esquerda desde o FSP há 10 anos. Rompeu-se com a hegemonia do pensamento único neoliberal, aquilo de que a história acabou. Avalia-se que houve um avanço significativo com as lutas de resistência à globalização neoliberal, inclusive simbolizado no FSM, como uma demonstração clara de que grande parte da humanidade não pensava nem submetia-se a esse tipo de pensamento.

Adverso - Em que os acontecimentos de 11 de setembro afetam a resistência à globalização neoliberal?

Tibúrcio - A resistência política é evidentemente impactada pela conjuntura que se abriu após 11 de setembro, na qual os EUA recuperaram a ofensiva. Fazem-na, inclusive, de forma militar e tentam, por trás da ofensiva militar, tomando como pretexto o combate ao terrorismo, criar condições para fazer avançar as políticas neoliberais no mundo, que vinham encontrando resistência. Como foi a impossibilidade de levarem em frente a rodada do milênio na reunião da OMC em Seattle e, agora, depois de 11 de setembro, o fato de conseguirem abrir espaço na última reunião da OMC em Catar. Na conjuntura atual eles buscam reafirmar as políticas neoliberais por meio de uma ofensiva político-militar no mundo. Mas o que o FSP espera, e o encontro é por si só uma demonstração de reação e de resistên-

cia, é que essa luta se amplie no mundo e que o FSM venha a ter um papel significativo nesse sentido. O FSM será o primeiro encontro global das forças progressistas, mais amplas que os partidos políticos representados no FSP, e espera-se que ele possa ampliar significativamente essa postura de resistência. Querem impor ao mundo ou a opção da guerra ou a adesão ao terrorismo: aquela formulação do Bush. Isso é uma nova face do mesmo pensamento único que foi questionado pelo FSP, mostrando que a humanidade tem outro caminho e espera que isso se amplie e que seja realmente a tônica principal do Fórum em Porto Alegre.

Adverso - O Fórum de São Paulo em Havana reuniu mais de 300 dirigentes que pertencem a cerca de 80 partidos de esquerda da América Latina e do Caribe. Qual a sua avaliação do encontro?

Tibúrcio - O evento teve uma ampla representação das organizações e partidos de esquerda da América Latina e do Caribe, ou seja, a iniciativa se fortaleceu ao longo desses 10 anos. Neste sentido, correspondeu ao momento político que nós, e todas as forças políticas de esquerda do continente, estamos vivendo. O Brasil teve um papel significativo. O PT foi um dos partidos que deram início ao FSP, e sobre o partido caiu, nitidamente, uma expectativa grande em relação às possibilidades de mudança no Brasil, que gerariam uma influência certamente decisiva e positiva para o conjunto da América Latina e do Caribe. O discurso de Lula na abertura do evento sinalizou a afirmação de uma liderança com amplitude continental, o que foi comentado e sentido por Fidel e por outros líderes presentes no encontro. Foi um aspecto interessante para o FSP, para o conjunto das forças de esquerda e progressistas da América Latina. A expectativa maior do que pode mudar hoje está nos resultados do embate político eleitoral que se fará no Brasil neste ano. Isso é sentido por locais como a Venezuela, ou mesmo os que têm governos mais moderados como o Peru,

"O discurso de Lula sinalizou a afirmação de uma liderança com amplitude continental"

mas que têm alguma necessidade ou alguma perspectiva de resistir às políticas da Alca ou às políticas neoliberais de modo geral. Eles depositam grande parte da sua esperança de vitórias mais palpáveis e mais consequentes ao resultado deste embate político que nós vamos viver aqui no país. Eu acho que esse acúmulo de forças que se expressa aqui e em outros países é fruto também desses dez anos de FSP. Os conjuntos das forças saíram de lá com uma avaliação positiva e com uma visão de que o FSP se justifica sobretudo em uma conjuntura como a atual. E que é fundamental que o nível de troca de experiências e de aglutinação de forças e de construção de perspectivas comuns se coloque de uma forma muito forte para todos que querem resistir às políticas neoliberais.